



II CONEDU
CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

**A CONTRIBUIÇÃO DA POLÍTICA NACIONAL DE EDUCAÇÃO
ESPECIAL NA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA PARA
AÇÃO DOCENTE NO ATENDIMENTO EDUCACIONAL
ESPECIALIZADO**

Martha Milene Fontenelle Carvalho

Universidade Do Estado do Rio Grande do Norte; marthainclusao@hotmail.com

Francileide Batista de Almeida Vieira

Universidade Do Estado do Rio Grande do Norte; leidaalmeid@hotmail.com

Ana Patricia Silveira

Universidade Regional do Cariri – URCA. patricia.edinclusiva512@gmail.com

Maria do Socorro Cordeiro de Sousa

Universidade Do Estado do Rio Grande do Norte; corrinhacordeiro@hotmail.com

INTRODUÇÃO

A presente reflexão aborda aspectos inerentes à Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2007), que representa um grande marco para a Educação Especial, tendo como elemento principal a garantia do direito de pessoas que integram o seu público-alvo de frequentar classes comuns no ensino Regular. Vivenciamos um período em que as discussões em torno do processo de inclusão escolar são amplamente disseminadas.

Nesse sentido, seguindo as orientações das políticas educacionais inclusivas, a educação especial passa a ser orientada não mais de modo substitutivo ao ensino comum, como antes ocorria, mas de modo suplementar ou complementar. Vieira (2012, p. 15) diz que é necessário entendermos “[...] a educação inclusiva como uma perspectiva educacional que exige uma mudança de paradigma, desafiando a escola a oferecer respostas educativas adequadas às necessidades de todos os alunos”, sendo a oferta da modalidade de educação especial uma resposta possível à escola.



II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

Assim, buscando contribuir com essas reflexões discutiremos alguns pontos da referida, política, analisando de que modo ela pode interferir na prática dos educadores.

Temos o intuito de proporcionar reflexões que possam contribuir para orientar e redimensionar a ação docente, mais precisamente de professores que atuam nas Salas de Recursos Multifuncionais, que necessitam de formação e orientação a respeito de suas práticas, visto que muitos dos profissionais que atuam nesse espaço não possuem a devida formação.

Para auxiliar no processo inclusivo, o Atendimento Educacional Especializado desenvolve um papel relevante, sendo um serviço da Educação Especial, que procura garantir a participação e o desenvolvimento dos alunos, proporcionando meios para que eles possam interagir, realizar tarefas e conviver no ambiente escolar e fora dele. Portanto,

O atendimento educacional especializado é um serviço da educação especial que identifica, elabora e organiza recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem as barreiras para a plena participação dos alunos, considerando as suas necessidades específicas. O atendimento educacional especializado complementa e/ou suplementa a formação do aluno com vistas à autonomia e independência na escola e fora dela (BRASIL, 2010, p. 21).

Identifica-se, portanto, que a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (MEC/SEESP, 2007), vem auxiliando no direcionamento de professores do ensino regular e, sobretudo da educação especial, no que concerne ao trabalho desenvolvido com os alunos que apresentam deficiência, transtornos globais do desenvolvimento ou altas habilidades/superproteção no contexto escolar, orientando acerca do Atendimento Educacional Especializado. O trabalho em questão trata-se de uma pesquisa bibliográfica, norteado, também, por leis e autores que trabalham em um contexto inclusivo, tais como Mittler (2003) Mantoan (2010) Glat (2004) Vieira (2012), impulsionando para que se efetive realmente a educação inclusiva no contexto Escolar. Também apresentaremos dados de uma pesquisa de campo, em que desenvolvemos uma intervenção, tendo por base a referida Política, envolvendo uma docente atuante na Sala de Recurso Multifuncional, na cidade de Crato-CE.



II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

METODOLOGIA

Na proposição deste trabalho, elaboramos como objetivo compreender a relevância e de que modo às orientações da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva podem auxiliar na prática de professores que atuam na Sala de Recursos Multifuncionais. Para alcançarmos o nosso objetivo realizamos uma pesquisa bibliográfica, tendo como principal fonte a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (MEC/SEESP, 2007) que trouxe fundamento teórico para nosso estudo. A pesquisa bibliográfica se deu por meio da leitura e reflexão sobre a referente política, onde observamos a grande relevância para a prática de professores atuantes na Sala de Recurso Multifuncional. Em relação à pesquisa, Gil (2008, p. 17), afirma que é “o procedimento racional e sistemático que tem como objetivo proporcionar respostas aos problemas que são propostos”.

Pautados por tal compreensão, fomos realizar a pesquisa de campo, que aconteceu numa Escola municipal de Ensino Infantil e Fundamental, na Cidade de Crato-CE, com uma professora atuante na Sala de Recurso Multifuncional. Assim, sugerimos o desafio para a professora, em fazer uma leitura aprofundada a respeito da Política e, posteriormente, retornaríamos para uma entrevista, identificando se a mesma influiria na sua forma de trabalho.

Com isso, utilizamos a pesquisa bibliográfica, que segundo Fachin (2006, p. 120) tem como finalidade conduzir o leitor à pesquisa de determinado assunto, proporcionando o saber, e posteriormente realizamos também a pesquisa de campo, onde entrevistamos e observamos a docente da Sala de Recurso Multifuncional, buscando compreender em que a Política poderia influenciar a sua prática. Em seguida, realizamos questionamentos referentes à influência da leitura desse documento na sua prática, buscando identificar como a mesma auxilia no desenvolvimento e efetivação dos direitos dos alunos.



II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Construir uma política pública que promova uma educação de qualidade para nós é necessário e emergente, sendo já consolidada através de lutas sociais. Nessa perspectiva, muitas escolas, mesmo com as orientações das leis, continuam excluindo seus alunos por diferentes razões. Segundo a Política Nacional da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2007, p.01).

A partir do processo de democratização da escola, evidencia-se o paradoxo de inclusão/exclusão quando os sistemas de ensino universalizam o acesso, mas continuam excluindo indivíduos e grupos considerados fora dos padrões homogeneizadores da escola.

Essa política traz marcos históricos considerados de grande relevância para a compreensão do docente acerca de como se estruturou ao longo do tempo o atendimento a pessoa com deficiência.

Segundo ela a educação especial anteriormente se organizava em atendimentos à pessoa com deficiência, de modo substitutivo ao ensino comum. No Brasil, esse atendimento direcionado às pessoas com deficiência teve início na época do império, destacando nessa oferta duas instituições até hoje existentes: O Imperial Instituto dos Meninos Cegos, criado em 1854, atual Benjamin Constant – IBC, que desenvolve grandes trabalhos, sendo o centro de referencia nacional para pessoas com e sem deficiência visual, e Instituto dos surdos mudos, criado em 1857, hoje conhecido como Instituto nacional da educação de surdos-INES.

Desde então, a educação especial começou a dar seus primeiros passos, criando, mesmo de modo segregado, possibilidades de escolarização para o aluno com deficiência na busca por oportunidades de igualdade. Já no final do século XX, a Constituição Federal de 1988 define a educação como um direito de todos, e na mesma vertente desse importante marco legislativo, nos referenciamos na Declaração Mundial de Educação para todos (1990) reforçando o exercício de igualdade.



A organização da educação especial é contemplada na Lei 9394/96 (BRASIL, 1996), que a define como uma modalidade transversal a todos os níveis de ensino, fortalecendo uma educação de qualidade em toda sua permanência escolar.

Nessa perspectiva, é importante ressaltar, que a Política anteriormente mencionada traz informações acerca da educação básica, garantindo a matrícula, o ingresso à sala comum, como também ao atendimento educacional especializado, oferecendo apoio relacionado às necessidades da pessoa com deficiência. Assim, fica evidente que, na atualidade, há um direcionamento para a inclusão do aluno considerado como público alvo da educação especial no ensino regular, como também observa-se um aumento na formação específica do professor em diversas áreas de conhecimento para que possam oferecer o atendimento educacional especializado. Contudo, segundo Vieira (2012, p. 16) é importante ficarmos atentos acerca de como está acontecendo o ingresso desses alunos, pois

A matrícula desses alunos nas escolas regulares indica que está ocorrendo acesso, mas isso não é condição suficiente para a inclusão, pois, além da presença física, é necessário que todos os alunos sejam atendidos em suas necessidades e possam aprender e se desenvolver na escola.

Em relação aos objetivos da política, esses estão focados no pleno acesso e participação do aluno com deficiência, com a promoção de todas as formas existentes de acessibilidade, tanto na dimensão pedagógica como na arquitetônica, o que requer um novo modelo de escola. Como afirma Glat (2007, p. 16):

A Educação Inclusiva significa um novo modelo de escola em que é possível o acesso e a permanência de todos os alunos, e onde os mecanismos de seleção e discriminação, até então utilizados, são substituídos por procedimentos de identificação e remoção das barreiras para a aprendizagem. Para tornar-se inclusiva a escola precisa formar seus professores e equipe de gestão, a rever as formas de interação vigentes entre todos os segmentos que a compõem e que em nada interferem. Precisa realimentar sua estrutura, organização, seu projeto-pedagógico, seus recursos didáticos, metodologias e estratégias de ensino, bem como suas práticas avaliativas. Para acolher todos os alunos, a escola precisa, sobretudo, transformar suas intenções e escolhas curriculares, oferecendo um ensino diferenciado que favoreça o desenvolvimento e a inclusão social.



II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

Ainda segundo a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2007), os alunos considerados público-alvo da educação especial são aqueles que apresentam deficiência, transtornos globais de desenvolvimento, e com altas habilidades/superdotação, sendo que o docente irá direcionar sua ação com dinamismo, procurando atender às particularidades de cada aluno, procurando superar situações de exclusão.

O professor do Atendimento Educacional Especializado também necessita realizar intervenções, com orientação e em parceria com o professor da sala regular, buscando uma modificação no contexto educacional no qual o aluno está inserido. Em relação à relevância do trabalho para o atendimento educacional especializado, Mantoan (2010, p. 12) assevera que,

O professor de AEE é um profissional que atua sobre as peculiaridades de certos alunos [...] trata-se de um professor especializado nesse tipo de atendimento, mas que não se confunde com o especialista no sentido usual do termo.

Nesse abordagem, a Política vem trazer de forma esclarecedora o processo de atuação do professor do Atendimento Educacional Especializado, diferenciando do que é realizado na sala de aula regular, procurando complementar e/ou suplementar a formação do aluno, buscando sua efetiva autonomia.

Para atuação do professor no Atendimento Educacional Especializado a Política expõe que deve ser conduzida mediante a atuação de pessoas capacitadas com conhecimentos em Libras, Braille, Língua Portuguesa na modalidade escrita, comunicação alternativa, dentre outros recursos que auxiliam a prática e o desenvolvimento do aluno no contexto escolar. Nessa perspectiva, segundo a Política (BRASIL, 2007), “para atuar na educação especial, o professor deve ter como base da sua formação, inicial e continuada, conhecimentos gerais para o exercício da docência e conhecimentos específicos na área”.



II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

Portanto, após verificação de vastas e relevantes informações envolvendo a pessoa com deficiência, público alvo do nosso trabalho, e também questões relacionadas a nossa atuação, a pesquisa ganhou impulso, levantando alguns questionamentos: Os docentes do Atendimento Educacional Especializado tem conhecimento da leitura? Quantos trabalham sem orientações da Política? Até que ponto a Política pode influenciar na nossa prática cotidiana com alunos público alvo da Educação especial? Foram essas as questões levantadas para discussão.

Assim, com base na pesquisa bibliográfica referente à política, realizamos ainda a pesquisa de campo, com uma professora da Sala de Recursos Multifuncionais, na cidade de Crato-CE. Identificamos que, mesmo atuando na Educação Especial, ainda não havia realizado uma leitura da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2007). Dessa forma, após o nosso contato, sugerimos que ela fizesse a leitura e análise do referido marco legal. Após a revisão bibliográfica da Política, retornamos para realizar a entrevista sobre como a mesma teria influenciado sua prática no Atendimento e constatamos que, após esse contato, a professora percebeu uma influencia da referida política em seu exercício, que se mostrou relevante, também, para o desenvolvimento dos seus alunos.

A professora declarou que desconhecia muitas informações destacadas na Política, como exemplo, o aumento de matrículas de 337.326 em 1998 para 700.624 em 2006, que considerou de grande proporção.

Outro fator interessante, entre outros levantamentos presentes na entrevista, foi a observação da mesma acerca do público alvo do Atendimento Educacional Especializado, que segundo a Política (BRASIL, 2007) são alunos com Deficiência, Transtorno Global do Desenvolvimento e Altas Habilidades ou Superdotação. Nessa perspectiva, ela ressaltou que entre seus alunos atendidos atualmente na Sala de Recurso Multifuncional, também estavam alunos com Dislexia e Dificuldade de Aprendizagem, embora não integram o público alvo do Atendimento. Dessa forma, compreendeu que poderia reduzir cerca de nove alunos que participavam do atendimento educacional especializado, sob sua responsabilidade, e isso possibilitaria ofertar um atendimento de melhor qualidade aos que realmente eram público



II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

alvo do Atendimento Educacional Especializado, ajudando na sua prática e mudando o seu foco.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Sabemos que é direito de todos a inserção em ações culturais, políticas, sociais e pedagógicas, tendo garantida a plena participação nesses contextos. Reconhecemos que grandes são as dificuldades que a pessoa com deficiência encontra e, para tanto, é necessário haver um debate, reforçando leis, documentos que promovam uma mudança estrutural na Escola. Assim,

Se realmente desejamos uma sociedade justa e igualitária, em que todas as pessoas tenham valor igual e direitos iguais, precisamos reavaliar a maneira como operamos em nossas escolas, para proporcionar aos alunos com deficiência as oportunidades e habilidades para participar da nova sociedade que está surgindo (STAINBACK; STAINBACK, 1999, p. 29).

Para que isso seja possível, é necessário apresentarmos mecanismos efetivos para fazer com que a educação especial aconteça com sucesso. A inclusão não pode acontecer de forma paralela, mais deve haver modificações da escola como um todo para atender a necessidade de cada um e é nessa perspectiva que a Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva orienta, buscando promover reflexões, igual proporcionou a docente atuante no Atendimento Educacional Especializado na cidade de Crato-CE, para que se construa uma escola de qualidade para todos os que nela ingressam, com mudanças estruturais, atitudinais e culturais, trazendo efetiva contribuição que, aos poucos, possa ser uma realidade no contexto educacional.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Marcos Políticos-Legais da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília: Secretaria de Educação Especial, 2010.



II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

BRASIL **Política Nacional de educação especial na perspectiva da educação inclusiva.** Brasília, MEC, 2008. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/politica.pdf>>. Acesso em 22 de dez. 2014.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília: Imprensa Oficial, 1988.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Lei Nº. 7.853**, de 24 de outubro de 1989.

FACHIN, Odília. **Fundamentos de Metodologia.** São Paulo: Saraiva, 2006.

GIL Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** São Paulo: Atlas, 2008

MANTOAN, Maria Teresa Égler. **O Atendimento educacional especializado na educação inclusiva.** Revista da Educação Especial. Ano 2010, n. 1, p.13-14, jan/jul, 2010.

MITTLER, Peter. **Educação inclusiva: contextos sociais.** Tradução: Windyz Brazão. Porto Alegre: Artmed, 2003.

STAINBACK, Susan; STAINBACK, William. **Inclusão: um guia para educadores.** Porto Alegre: Artes Médicas, 1999.

VIEIRA, Francileide Batista de Almeida. **Formação, subjetividade e criatividade: elementos para a construção de uma escola inclusiva.** Tese. Doutorado em Educação. Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), 2012.